



# ***Alexandre Luís da Cunha Um Professor Liberal no Mundo Atlântico (primeira metade do século XIX)***

***(Alexandre Luís da Cunha a Liberal Teacher in the Atlantic World  
first half of the nineteenth century)***

*Carlos MANIQUE DA SILVA  
UIDEF, Instituto de Educação  
Universidade de Lisboa*

RESUMO: Este artigo procura narrar a história de vida de uma personalidade – Alexandre Luís da Cunha (1803-1852) – que nasceu, viveu e faleceu no Funchal (ilha da Madeira, Portugal), mas que, por razões várias, nomeadamente, profissionais e políticas (por duas vezes se encontrou na situação de exilado liberal), circulou no mundo atlântico. A sua atividade profissional foi muito intensa e diversificada, embora se tivesse identificado, sobretudo, com a docência. No texto procura-se elucidar os aspetos mais marcantes da vida pessoal e profissional de Alexandre Luís da Cunha, enfatizando a sua condição de liberal, manifestada na luta pela liberdade de expressão e pelos valores da tolerância.

PALAVRAS-CHAVE: Alexandre Luís da Cunha; exílio liberal; ilha da Madeira (Portugal); ensino mútuo; Liberalismo.

ABSTRACT: The aim of this article is to chronicle the life of the liberal educator, Alexandre Luís da Cunha (1803-1852). Da Cunha was born, lived and died in Funchal (Madeira, Portugal), but for various professional and political reasons (including two periods of political exile) travelled widely around the rest of the Atlantic world during his lifetime. Despite the diversity of his intense professional activity, he identified himself first and foremost as a teacher. The article seeks to shed light on the most striking aspects of Da Cunha's personal and professional life, focusing in particular on his liberal struggle for tolerance and freedom of expression.

KEYWORDS: Alexandre Luís da Cunha; liberal exile; Madeira (Portugal); mutual instruction (Bell-Lancaster method); liberalism.

## **Introdução**

Em 27 de dezembro de 1703, Portugal e Inglaterra celebram o Tratado de Methuen. Uma das consequências desse entendimento comercial foi o aumento do número de súbditos

britânicos na ilha da Madeira. No século XIX, esse número era já muito significativo, com diversas famílias (Rutherford, Murdoch, Gordon, Cossart, Blandy, Leacock, Miles e Phelps) a terem importante protagonismo, designadamente, no comércio de vinho da Madeira.<sup>1</sup> Essa atividade profissional garantiu-lhes não só crescimento económico como afirmação social junto dos madeirenses e da comunidade britânica residente na ilha. O prestígio granjeado traduziu-se, amiúde, no envolvimento em obras sociais, culturais e humanitárias.

Este artigo pretende narrar a história de vida de uma personalidade – Alexandre Luís da Cunha (1803-1852) – que nasceu, viveu e faleceu no Funchal (ilha da Madeira), mas que, por razões várias, nomeadamente, profissionais e políticas (por duas vezes se encontrou na situação de exilado liberal), circulou no mundo atlântico. Na verdade, entre 1823 e o princípio da década de 1850, desloca-se a Londres, Lisboa, Baltimore (também a outras cidades dos Estados Unidos da América) e ao Rio de Janeiro. Liberal de profundas convicções, a sua vida cruza-se de perto com a de uma família inglesa (precisamente, os Phelps), bem como com a de alguns elementos da elite funchalense.

Não obstante ter vivido menos de meio século, a sua atividade profissional foi muito intensa e diversificada. De facto, aos 17 anos estava destinado ao “estado eclesiástico”, pretendendo ingressar na Faculdade dos Sagrados Cânones, em Coimbra, para poder “servir a Igreja e o Estado”, segundo refere numa candidatura a um benefício eclesiástico na Calheta, ilha da Madeira<sup>2</sup> – intenção (a de estudar em Coimbra) que, por motivos de natureza económica, não conseguiu concretizar. A mencionada candidatura (coroadada de êxito) foi atestada por Frei Joaquim de Meneses e Ataíde, Vigário Apostólico do Funchal, que não poupou nos elogios ao candidato (à data clérigo de ordens menores) – estávamos em março de 1820:

Atestamos que Alexandre Luís da Cunha é de muitos bons costumes, com sinais de vocação legítima para o estado eclesiástico para o qual se tem preparado com conhecimentos [...] de latinidade, francês, inglês e geografia, aplicando-se agora a filosofia e retórica, mostrando grande viveza e talento e génio.<sup>3</sup>

Mais tarde vem a dedicar-se ao periodismo, à tipografia, à tradução e ao ensino.

Trata-se de uma biografia factual e narrativa, acompanhando o decurso da sua vida. Por outro lado, importa dizer que a análise das fontes documentais teve em mente a lição de Dominick LaCapra, ou seja, a de que “documents are texts that supplement or rework ‘reality’ and not mere sources that divulge facts about ‘reality’”.<sup>4</sup>

No texto procura-se elucidar os aspetos mais marcantes da vida pessoal e profissional de Alexandre Luís da Cunha, enfatizando a sua condição de liberal, manifestada, em particular, na luta pela liberdade de expressão e pelos valores da tolerância; o contexto é

---

<sup>1</sup> Cláudia Faria Gouveia, Phelps. *Percursos de uma Família Britânica na Madeira de Oitocentos* (Funchal: Empresa Municipal “Funchal 500 Anos”, 2008).

<sup>2</sup> Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), *Madeira*, Cx. 21, doc. 4964-4967, 8 de março de 1820.

<sup>3</sup> *Ibidem*.

<sup>4</sup> Dominick LaCapra, *History and Criticism* (London e Ithaca: Cornell University Press, 1996), 11.

o da ilha da Madeira nos anos do vintismo até 1852, com passagens, também, por outros espaços geográficos.

### Origens familiares e sociais

São escassos os dados conhecidos sobre as origens familiares e sociais de Alexandre Luís da Cunha. Começemos por dizer que nasceu em 5 de fevereiro de 1803, na freguesia de Santa Luzia, concelho do Funchal.<sup>5</sup> Sabemos, também, que era filho legítimo de António Francisco da Cunha, natural da freguesia de Santo André, concelho de Lisboa, e de Maria Maurícia, natural da freguesia de Nossa Senhora do Calhau, concelho do Funchal.<sup>6</sup> Os progenitores viviam, à data de nascimento do filho, no sítio da Encarnação (freguesia de Nossa Senhora do Calhau). Haviam casado em 26 de abril de 1802, na já mencionada freguesia de Santa Luzia.<sup>7</sup> Os avós paternos eram, respetivamente, naturais da vila de Santarém e da freguesia dos Anjos (Lisboa).<sup>8</sup> Por seu turno, os avós maternos eram ambos naturais de freguesias do concelho de Funchal.<sup>9</sup> Mesmo sem confirmação factual, é verosímil que António Francisco da Cunha tenha chegado à ilha da Madeira para desempenhar funções profissionais. Aquilo que é possível dizer é que os pais de Alexandre Luís da Cunha eram pessoas de modesta condição social. É exatamente essa informação que o próprio filho nos devolve na já citada candidatura a um benefício eclesiástico na ilha da Madeira, quando tinha 17 anos. Refere, então, a “pouca fortuna de seus pais”.<sup>10</sup> Vem a falecer no Funchal, em 14 de outubro de 1852.

### A década de 1820: dos alvores do Liberalismo ao primeiro exílio

Na cidade do Porto, no decorrer do movimento de 24 de agosto de 1820, “fez-se a primeira proclamação para a ‘salvação da pátria’ e para a criação de um regime onde a liberdade fosse consagrada pela lei”<sup>11</sup> – as palavras citadas enfatizam o profundo significado da Revolução Liberal. Demais, o projeto das bases constitucionais apresentadas às Cortes, corria o dia 8 de fevereiro de 1821, consignará a ideia de que a lei é igual para todos.<sup>12</sup> Nesse mesmo documento, a liberdade de pensamento é considerada um alicerce fundamental, procurando garantir-se, entre outros princípios, o direito de propriedade, a segurança pessoal, a inadmissibilidade de prisão sem culpa formada e a liberdade de imprensa (sem censura prévia).<sup>13</sup>

<sup>5</sup> Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Registos paroquiais* (Funchal, freguesia de Santa Luzia, Livro 7.º de registo de batismos).

<sup>6</sup> *Ibidem*.

<sup>7</sup> Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Registos paroquiais* (Funchal, freguesia de Santa Luzia, Livro 3.º de registo de casamentos).

<sup>8</sup> *Ibidem*.

<sup>9</sup> *Ibidem*.

<sup>10</sup> AHU, *Madeira*, Cx. 21, doc. 4964-4967, 8 de março de 1820.

<sup>11</sup> Jorge Fernandes Alves, “De 24 de agosto à Aurora da Liberdade”, *Público* (20 de agosto de 2020): 38.

<sup>12</sup> António da Silva Pereira, “O Pacto Político como Fundador do Poder”, *Revista Portuguesa de História XXXVI*, vol. 2 (2002-2003): 85-92.

<sup>13</sup> *Ibidem*.

Durante o vintismo (1820-1823), a Madeira conhecerá nova dinâmica económica, social e educativa.<sup>14</sup> No que respeita ao primeiro tópico, importa dizer que, no quadro do já referido tratado de Methuen (1703) – cujo texto assegurava, sem limitação, a entrada em Portugal dos têxteis britânicos e, no sentido inverso, a exportação do vinho português pagando um terço do que pagavam os vinhos de origem francesa –, o comércio do vinho continuará a ser, no período pós-Revolução Liberal, a principal fonte de riqueza da Madeira. Trata-se de uma atividade comercial que se encontrava, predominantemente, nas mãos de mercadores britânicos, muitos deles sediados na ilha.

Por outro lado, sublinhe-se que as instituições políticas liberais garantirão a expressão de várias forças sociais, designadamente, através da eleição de representantes das províncias às Cortes Constituintes.

Há, nos anos do vintismo, uma vitalidade social que assenta na “imensa esperança originada pela instauração da liberdade”, levando a acreditar que tudo seria possível.<sup>15</sup> Indício desse sentimento, por assim dizer, é o aparecimento da imprensa periódica; algo evidente na ilha da Madeira no período que decorre entre o juramento da Constituição no Funchal (2 de novembro de 1822) e a suspensão da mesma, em 17 de junho do ano seguinte.<sup>16</sup> Conforme veremos, nova dinâmica da imprensa observar-se-á no biénio de 1827-1828.

No campo educativo, e referimo-nos, em particular, à instrução popular, a Revolução Liberal marca uma clivagem no universo madeirense. Na verdade, no período anterior a 1820, é a iniciativa particular que procura suprir a “falência” da política educativa oficial.<sup>17</sup> A este respeito, merece especial destaque Joseph Phelps, comerciante inglês residente no Funchal, que, em 1819, funda uma escola primária gratuita pelo método de ensino mútuo.<sup>18</sup>

Afigura-se útil aduzir alguns dados relativos à família Phelps, especialmente, pela relação pessoal e profissional que um dos seus membros (justamente, Joseph Phelps) vem a estabelecer com Alexandre Luís da Cunha. Sabemos que, entre 1784 e 1860, a família Phelps se dedicou, sobretudo, ao comércio do vinho da Madeira. Joseph Phelps, personalidade que entabulou, de facto, relações com o nosso biografado, nasceu na ilha da Madeira, em 24 de setembro de 1791. Era filho de William Phelps (1749-1831) e de Elisabeth Peyton (1757-1829), ambos originários de Dursley, Gloucestershire. No ano de 1819, Joseph Phelps – que estudara em Inglaterra, no prestigiado Winchester College –, casou com Elisabeth Dickinson (1796-1876), doravante Phelps. Até 1860, o casal viveu no Funchal, embora fossem frequentes as viagens a Inglaterra. A sua ação filantrópica

---

<sup>14</sup> Rogério Fernandes, “Educação e ensino popular na Madeira (séc. XVIII-1840)”, *Revista da Universidade de Coimbra* 37 (1992): 1-69.

<sup>15</sup> *Ibidem*, 4.

<sup>16</sup> Rui Carita, *História da Madeira* (Funchal: Secretaria Regional de Educação, 2003), vol. VI.

<sup>17</sup> Rogério Fernandes, “Educação e ensino popular na Madeira (séc. XVIII-1840)”.

<sup>18</sup> Cláudia Gouveia, Phelps. *Percursos de uma Família Britânica na Madeira de Oitocentos*. Obra à qual recorreremos no próximo parágrafo.

foi muito intensa, obtendo reconhecimento da população madeirense; não somente, tem de se afirmar, pela fundação de diversas escolas primárias, mas também pelo apoio prestado à Misericórdia local, pelo patrocínio de infraestruturas viárias e hospitalares, não esquecendo a participação de Joseph Phelps em órgãos sociais de entidades como a Associação dos Comerciantes e o Asilo de Mendicidade.

Mas regressemos, ainda que por breves momentos, ao período que antecede imediatamente a Revolução Liberal. Como se disse, em 1819, no Funchal, o jovem Joseph Phelps funda uma escola de ensino mútuo para o sexo masculino. Interessa explicar em que consistia o referido método. Desenvolvido de forma mais ou menos autónoma pelos educadores ingleses Joseph Lancaster (1778-1838) e Andrew Bell (1753-1832), na transição do século XVIII para o século XIX, o ensino mútuo está associado a um conjunto de questões levantadas pelo rápido avanço da industrialização em Inglaterra. Com efeito, é no âmbito de um projeto de constituição do Estado moderno, visando a integração política das classes populares, que o modelo organizativo proposto pelos citados educadores deve ser considerado. O ensino mútuo surge, então, como a “inovação pedagógica” que permite ensinar ao maior número de alunos no menor tempo possível e pelo mais baixo custo. O princípio pedagógico de base é o da reciprocidade do ensino entre alunos. Ou seja, a ação educativa é delegada na figura do monitor (um aluno mais adiantado que ensina vários colegas). Quer isto dizer que não existe relação direta entre professor e alunos. Na verdade, o primeiro ensina apenas os monitores. Outra questão interessante é a da internacionalização do ensino mútuo. De facto, o modelo rapidamente extravasa os limites do continente europeu, chegando às Américas e, mesmo, a África. É particularmente interessante a configuração de redes educativas internacionais visando a sua difusão.

É neste sentido que deve ser entendida a criação da Associação Funchalense para o Ensino Mútuo, em 1821, a instâncias de Joseph Phelps e tendo como referência a British and Foreign School Society (BFSS), sediada em Londres. Os estatutos da Associação foram aprovados em 21 de dezembro do referido ano, tendo sido eleitos para a direção o Deão Lúcio António Lopes Rocha (presidente), José Ferreira Pestana (secretário) e Joseph Phelps (tesoureiro).<sup>19</sup> O alvo da instituição eram “as crianças [do sexo masculino] da classe trabalhadora e mecânica”.<sup>20</sup> Importa, também, dizer que houve contactos regulares com a BFSS, que promovia internacionalmente o modelo de ensino mútuo na versão de Joseph Lancaster.<sup>21</sup>

Ainda em 1821, com o patrocínio de Elisabeth Phelps, é fundada uma agremiação intitulada Escola das Senhoras do Funchal Associadas, tendo como propósito educar crianças (do sexo feminino) de todas as classes.<sup>22</sup> Em ambas as instituições de ensino se

<sup>19</sup> *Ibidem*.

<sup>20</sup> *Ibidem*, 208.

<sup>21</sup> Sobre o assunto ver Carlos Manique da Silva, “Lutando por uma ideia: o papel de Alexandre Luís da Cunha na difusão do ensino mútuo”, *Revista Profissão Docente* 13, no. 28 (2013): 42-54.

<sup>22</sup> Cláudia Gouveia, Phelps. *Percursos de uma Família Britânica na Madeira de Oitocentos*.

prescrevia um currículo mínimo (ler, escrever e contar), recorrendo-se (no caso da leitura) a lições extraídas da Bíblia, em consonância, de resto, com a proposta pedagógica de Joseph Lancaster. Acresce que as raparigas aprendiam também a coser.

É, exatamente, nesse período histórico, o início dos anos de 1820, que começamos a detetar a presença de Alexandre Luís da Cunha. Saliente-se, desde logo, a ligação à Escola de Ensino Mútuo. Na verdade, Joseph Phelps, que conhecia o método de Inglaterra, foi o primeiro professor da instituição, mas não tardou a ensiná-lo a um cidadão local. A escolha recaiu sobre o jovem Alexandre Luís da Cunha, embora desconheçamos as circunstâncias em que tal sucedeu.<sup>23</sup> A fluência que tinha na língua inglesa terá facilitado a aproximação à família Phelps. De resto, em 1821, traduzirá para português a seminal obra de Joseph Lancaster: *Manual of the System of the British and Foreign School Society of London* (Londres, 1816).<sup>24</sup>

Por outro lado, também em 1821, precisamente em 28 de janeiro, e confirmando a sua condição de liberal assumido, assina, com um conjunto de notáveis da sociedade funchalense e na qualidade de beneficiado, uma representação no sentido de ser prestado juramento de fidelidade ao rei, ao governo, às cortes e à constituição que delas viesse a emanar – trata-se do pronunciamento liberal na Madeira.<sup>25</sup>

O ativismo liberal de Alexandre Luís da Cunha manifesta-se, também, por outra via. De facto, em 1822 era membro da Sociedade Patriótica Constitucional O Gabinete de Minerva e da Sociedade Patriótica Constituição. Ainda em 1822 traduz do francês (a outra língua estrangeira na qual era fluente) e oferece à Nação Portuguesa a obra do barão de d' Holbach (1723-1789), *La Politique Naturelle ou Discours sur les Vrais Principes du Gouvernement* (Londres, 1773).<sup>26</sup> Tradução que mereceu especial referência nas páginas d' *O Campeão Portuguez em Lisboa*:

Em um governo constitucional, em que entram todos os cidadãos [...], o estudo dos princípios políticos se torna indispensável. É, pois, neste sentido, a obra citada muito digna de se ler; e por isso também muito digno de louvor o jovem cidadão, que tomou o trabalho de a traduzir.<sup>27</sup>

Em 1823 há um acontecimento que tem particular relevância na vida profissional de Alexandre Luís da Cunha. Falamos do “estágio” que realizou na Escola de Borough Road, em Londres, fundada por Joseph Lancaster no início do século XIX e na qual se formavam

---

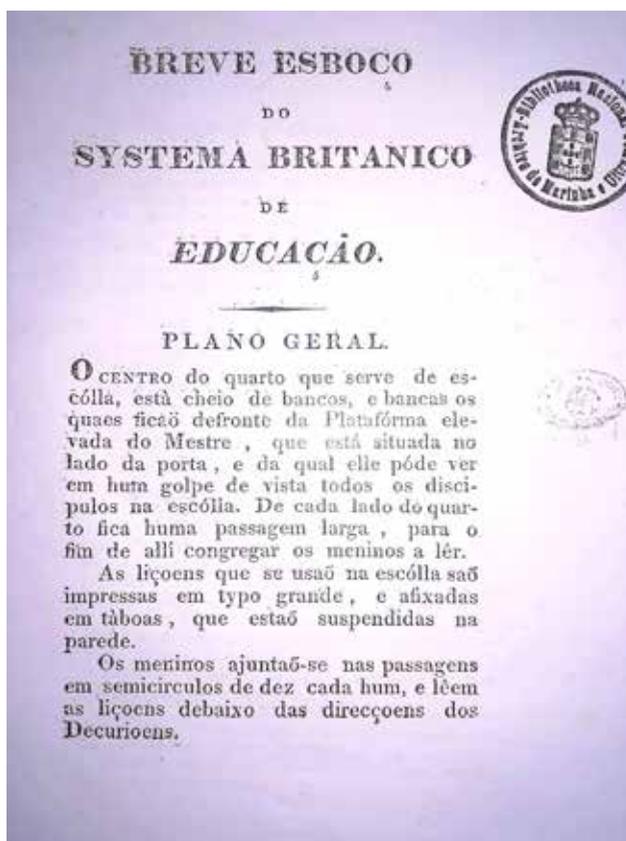
<sup>23</sup> Carlos Manique da Silva, “Lutando por uma ideia: o papel de Alexandre Luís da Cunha na difusão do ensino mútuo”.

<sup>24</sup> Sobre o assunto ver Carlos Manique da Silva, “O papel dos materiais impressos na internacionalização do ensino mútuo: duas traduções portuguesas da obra ‘Sistema Britânico de Educação’, de Joseph Lancaster”, em *Influências inglesas en la educación española e ibero-americana (1810-2010)*, coord. José María Hernández Díaz (Salamanca: Universidade de Salamanca, 2011), 629-639.

<sup>25</sup> Rui Carita, *História da Madeira*.

<sup>26</sup> Carlos Manique da Silva, “Lutando por uma ideia: o papel de Alexandre Luís da Cunha na difusão do ensino mútuo”.

<sup>27</sup> *O Campeão Portuguez em Lisboa, ou o Amigo do Povo e do Rei Constitucional*, 1822, vol. II: 384.



professores de ensino mútuo provenientes de várias partes do mundo. Os registos da BFSS confirmam a sua passagem pela escola.<sup>28</sup>

Aquilo que importava era dar consistência às técnicas do sistema. É na mesma linha de pensamento, aliás, que, previamente, Alexandre Luís da Cunha traduzira numa versão muito reduzida a já citada obra de Joseph Lancaster *Manual of the System of the British and Foreign School Society of London* (Londres, 1816) – dada à estampa anonimamente com o título *Breve Esboço do Systema Britanico de Educação* (Funchal, 1821, 15 pp.).

A ida a Londres, sob indicação de Joseph Phelps, veio, pois, a revelar-se natural. Em primeiro lugar, pela afinidade com a família Phelps e a consequente ligação à Escola de Ensino Mútuo; em segundo lugar, por ser fluente na língua inglesa. Da estadia sabemos muito pouco, sabemos, apenas, que Alexandre Luís da Cunha não se demorou em Londres. A fonte dessa informação é uma carta que Joseph Phelps escreveu à BFSS, no pri-

<sup>28</sup> Carlos Manique da Silva, "Lutando por uma ideia: o papel de Alexandre Luís da Cunha na difusão do ensino mútuo".

meiro dia de fevereiro do ano de 1824.<sup>29</sup> A leitura da missiva deixa perceber que Joseph Phelps duvidou que Alexandre Luís da Cunha tivesse feito muitos progressos no método de ensino mútuo, considerando o reduzido período de tempo que passou na Escola de Borough Road. No entanto, acabou por se surpreender, referindo mesmo que “he more than answerers our expectations”.<sup>30</sup> Ficamos também a saber que Alexandre Luís da Cunha, em 1 de dezembro de 1823, ficou como professor “titular” da Escola do Funchal, recebendo um salário pago pelo Estado (complementado pela BFSS).<sup>31</sup>

Até 1828 permanecerá como professor na referida escola, sendo interessante destacar alguns factos. Em 1825, por exemplo, manifesta a intenção de fundar uma “casa de impressão”<sup>32</sup>, objetivo que viria, de facto, a concretizar-se – foi, de resto, um dos pioneiros da tipografia na ilha. O intento, neste caso específico, era o de imprimir “lições” e livros para os alunos. As “lições” em causa destinavam-se a ser afixadas nas paredes da escola, permitindo seguir as técnicas de ensino propostas por Joseph Lancaster. Contudo, a adoção de livros divergia dos fundamentos iniciais do modelo de ensino mútuo. Com efeito, este último interesse tinha um móbil muito específico: o de permitir a ampliação do currículo das escolas de ensino mútuo. Trata-se de uma visão liberal, que afasta a ideia de uma sociedade estratificada e sem mobilidade social, como a que era defendida por Joseph Lancaster.

Por outro lado, no ano de 1826, Alexandre Luís da Cunha obtém licença para se deslocar a Lisboa com o intuito de tratar “graves moléstias”, segundo informa num requerimento para confirmação da sua nomeação como professor de primeiras letras na cidade do Funchal.<sup>33</sup>

Na capital aproveita para conhecer a Escola de Ensino Mútuo da Casa Pia (na qual se formavam professores). Mais tarde, em 25 de julho de 1827, na “Memória sobre o ensino mútuo em Portugal”, publicada n’*O Defensor da Liberdade* (jornal que fundara e dirigia), avalia detalhadamente as práticas pedagógicas adotadas na mencionada Escola. A sua apreciação tem sempre no horizonte o “estágio” que realizou em Londres. Em causa, a circunstância de o professor da Casa Pia de Lisboa, João José Le Cocq, ter aprendido o método de ensino mútuo em Paris. No seu entender, um dos principais problemas residia no facto de a Casa Pia de Lisboa não possuir uma “escola de aplicação”.<sup>34</sup> Por outras palavras, os futuros professores recebiam unicamente formação teórica.

Não obstante a ligação de Alexandre Luís da Cunha à Escola de Ensino Mútuo, a verdade é que, desde meados da década de 1820, acalentou a esperança de poder lecionar a cadeira de inglês e francês. Efetivamente, em setembro de 1825 solicita ao governador da Madeira, D. Manuel de Portugal e Castro (1787-1854), provimento na

<sup>29</sup> *British and Foreign School Society Annual Report*, (1824).

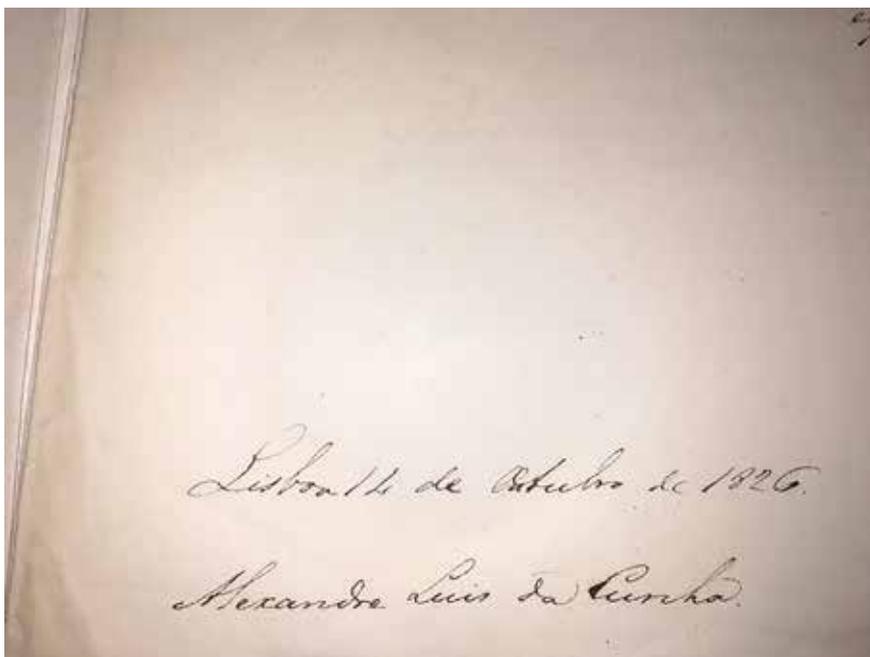
<sup>30</sup> *Ibidem*, 127.

<sup>31</sup> *British and Foreign School Society Annual Report*, (1824).

<sup>32</sup> AHU, *Madeira e Porto Santo*, Cx. 32, doc. 9048, 9 de dezembro de 1825.

<sup>33</sup> AHU, *Madeira*, Cx. 27, doc. 18, 14 de outubro de 1826.

<sup>34</sup> *O Defensor da Liberdade*, 25 de julho de 1827: s.p.



Lisboa 14 de Outubro de 1826.  
Alexandre Luis da Cunha.

cadeira das citadas línguas e na de geografia, que desejava ver criadas e unidas à Escola de Ensino Mútuo.<sup>35</sup> Pretensão que acaba por ser indeferida.<sup>36</sup> No entanto, é útil notar que o pedido tem relação com o requerimento apresentado por um grupo de estudantes do Funchal, em maio de 1825, no qual solicitavam, justamente, a criação da cadeira de inglês e francês, a expensas do imposto designado por subsídio literário (seria, portanto, uma aula régia).<sup>37</sup> No parecer que emitiu, o governador considerou que a dita cadeira era “não só útil, mas necessária numa cidade tão frequentada das nações estrangeiras”.<sup>38</sup> A cadeira será autorizada, embora provida com José Camilo Delanave, cônsul de Nápoles e tradutor do Governo.<sup>39</sup>

Mas, voltemos a 1827. No mês de julho, sem desistir de mobilizar as suas competências nos dois idiomas (inglês e francês), Alexandre Luís da Cunha requer emprego como “oficial de línguas” do Governo na província da Madeira, no posto de tenente de milícias do Regimento do Funchal.<sup>40</sup> Uma vez mais, não obtém deferimento.<sup>41</sup> Com efeito,

<sup>35</sup> AHU, *Madeira e Porto Santo*, Cx. 31, doc. 8940, 30 de setembro de 1825.

<sup>36</sup> *Ibidem*.

<sup>37</sup> AHU, *Madeira e Porto Santo*, Cx. 31, doc. 8710-8711, 26 de maio de 1825.

<sup>38</sup> AHU, *Madeira e Porto Santo*, Cx. 31, doc. 8710-8711, 6 de junho de 1825.

<sup>39</sup> Hélder Spínola, *O Liceu Nacional do Funchal (1837-1900): subsídios para sua história* (Funchal: Direção Regional da Cultura, 2017).

<sup>40</sup> AHU, *Madeira e Porto Santo*, Cx. 29, doc. 10261-10263, 8 de julho de 1827.

<sup>41</sup> *Ibidem*.

o coronel José Lúcio Travassos Valdês (1787-1862), à data governador, entende que não se justificava a criação de tal lugar, acrescentando o facto de ele próprio ser fluente nas línguas francesa e inglesa e de se encontrar na ilha um militar graduado que havia desempenhado funções similares.<sup>42</sup> Conforme teremos oportunidade de acompanhar, o esforço de Alexandre Luís da Cunha só virá a dar plenos frutos no período subsequente à criação dos liceus (1836).

Ainda em 1827, sendo já governador Travassos Valdês, Alexandre Luís da Cunha concretiza uma ideia pela qual vinha lutando há alguns anos. Na verdade, dá à estampa o periódico *O Defensor da Liberdade*, que viria a ser publicado entre 2 de junho de 1827 e 26 de abril de 1828. Finda a guerra civil que opôs as tropas liberais de D. Pedro IV às de D. Miguel (1828-1834), estará ainda ligado aos periódicos *O Defensor* e *Correio da Madeira*.

Regressando ao jornal *O Defensor da Liberdade*, deve dizer-se que o início da sua publicação se inscreve numa conjuntura histórica em que se observa alguma vitalidade da imprensa, designadamente, na esfera dos constitucionais e sendo apoiada pelo governador Travassos Valdês.<sup>43</sup> Ímpeto que esmorece a partir de meados de 1828, à medida que a situação política se vai agravando.

Situemo-nos no ano de 1828. O clima de opressão que progressivamente se instala envolve Alexandre Luís da Cunha. Vale a pena acompanhar de perto um conjunto de acontecimentos que se prendem com o exercício da liberdade de expressão na imprensa periódica.

Uma nota prévia, porém, para afirmar que Travassos Valdês, em setembro de 1827, havia demitido a Comissão de Censura da Imprensa, nomeando, para essa função, o Corregedor e o Juiz de Fora.<sup>44</sup> Veja-se, ainda, que a nomeação de censores havia sido solicitada por Alexandre Luís da Cunha, em janeiro desse mesmo ano, no quadro da publicação de um periódico que queria ver autorizado (o mencionado *O Defensor da Liberdade*); requer, então, que se dê mandato ao Tribunal do Desembargo do Paço na ilha da Madeira para que este nomeie os censores para a imprensa – O intento era o de haver uma Comissão que “coibisse os excessos da imprensa”.<sup>45</sup>

O tema dos abusos da liberdade de imprensa é particularmente evidente em 1828. Em 19 de janeiro, Alexandre Luís da Cunha publica n’ *O Defensor da Liberdade* uma série de documentos relativos a um processo no qual, recentemente, se vira envolvido. A questão não é difícil de explicar. Com efeito, aquilo que o movia era saber quem o denegrira nas páginas do periódico liberal *O Regedor*, sob a designação “um membro da Comissão de Censura”.<sup>46</sup> A este respeito, interessará aduzir a seguinte informação. A Carta Constitucional, outorgada por D. Pedro IV em 29 de abril de 1826 (jurada no

---

<sup>42</sup> Rui Carita, *História da Madeira*, vol. VI.

<sup>43</sup> *Ibidem*.

<sup>44</sup> *Ibidem*.

<sup>45</sup> AHU, *Madeira*, Cx. 28, doc. 6, 13 de janeiro de 1827.

<sup>46</sup> *O Defensor da Liberdade*, no. 67, 19 de janeiro de 1828.

Funchal em 8 de agosto seguinte), tinha eliminado a censura prévia (vontade expressa, aliás, desde as Constituintes e corporizada no Decreto de 4 de julho de 1821). No entanto, por Decreto de 18 de agosto de 1826, novas instruções vão impor censura prévia às publicações periódicas; censura que será mais severa com a confirmação de D. Miguel como rei legítimo de Portugal, em 23 de junho de 1828 (a sua regência, porém, inicia-se em finais de fevereiro).<sup>47</sup>

É nesse contexto, aliás, que devemos perspetivar o episódio que envolveu Alexandre Luís da Cunha.<sup>48</sup> Pretendendo, então, identificar o autor do injurioso artigo publicado n' *O Regedor*, requer ao Juiz-Corregedor que inste o redator do periódico a fazê-lo. Informação que o referido redator, no dia 16 de janeiro, em sua casa e não obstante as diligências do Escrivão do Juízo, se recusa desvendar. No seu entender, não era obrigado (sob ameaça de prisão) a divulgar o nome de quem pretendia manter o anonimato. E acrescentava, em seu abono, que o requerente, considerando-se ofendido, deveria mover correspondente ação judicial. Todavia, o caso não ficaria por aí. Efetivamente, Alexandre Luís da Cunha prossegue os seus intentos, afirmando em nova petição que a desobediência aos mandados da justiça constitui, em si mesma, uma ofensa à Carta Constitucional; conseqüentemente, para si, a conformidade da prisão sem culpa formada era uma evidência. Mas, a sua argumentação vai um pouco mais longe. Entende, por exemplo, que as considerações expressas n' *O Regedor* eram também atentatórias do bom nome da regente do Reino, a infanta Isabel Maria (1801-1876), uma vez que punham em causa as instruções que esta havia dado à Censura, consideradas, pelo "anônimo" articulista, vagas e indeterminadas. A verdade é que, em 17 de janeiro, novamente em casa do redator do periódico *O Regedor*, o Escrivão da Correição obtém (a contragosto) a confissão pretendida pelo requerente. O autor do artigo em causa fora o Padre João Manuel de Freitas Branco (1773-1831), homem conhecido pelas suas ideias liberais.

Ainda na primeira metade do ano de 1828, outros dados deixam perceber a atmosfera de repressão existente na ilha da Madeira, não obstante desde 29 de abril do ano anterior, estar à frente do Governo desse território Travassos Valdês, um liberal assumido e com provas dadas na luta contra os miguelistas.<sup>49</sup>

Sintoma da atmosfera de que falávamos é o facto de, em 26 de fevereiro de 1828, Alexandre Luís da Cunha ser condenado por abuso da liberdade de imprensa. Trata-se de um processo distinto do anteriormente abordado, mas que corre sensivelmente no mesmo período de tempo. No processo agora em causa – em foco a competência para julgar dos abusos da liberdade de imprensa –, Alexandre Luís da Cunha, bem como outro réu, Maurício Augusto Vieira, são acusados de injúria ao Juiz de Fora da ilha da Madeira, o Doutor Manuel Ferreira de Seabra da Mota e Silva. As ofensas ao mencionado Juiz, também redator de um periódico liberal (*A Flor do Oceano*), haviam sido publicadas

<sup>47</sup> Sobre o assunto ver Francisco Rui Cádima, "Imprensa, Poder e Censura. Elementos para a história das práticas censórias em Portugal", *Revista Media & Jornalismo* 9, n.º 22 (2013): 101-129.

<sup>48</sup> Nas próximas linhas seguiremos os documentos publicados no 67 de *O Defensor da Liberdade*.

<sup>49</sup> António Ventura, *As Guerras Liberais. 1820-1834* (Lisboa: QuidNovi, 2008).

no n.º 58 de *O Defensor da Liberdade* (19 de dezembro de 1827), num artigo subscrito com o nome “Verdadeiro Liberal”. Pela argumentação expendida no processo sumário, percebe-se que Alexandre Luís da Cunha, recusando ser o autor do artigo (atribui-o, de resto, a Maurício Augusto Vieira), entende que, na qualidade de redator, não incorreu em qualquer ilegalidade, uma vez que a publicação foi visada pela Comissão de Censura, sem qualquer reparo.<sup>50</sup> Por outro lado, considera que a Junta das Justiças, responsável pela instauração do processo, não tem competência para julgar casos de “imprensa”. O seu pensamento decorre do texto da Carta Constitucional:

Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicados pela Imprensa, sem dependência de Censura contanto que hajam de responder pelos abusos, que cometerem no exercício deste direito, nos casos, e pela forma que a Lei determinar.<sup>51</sup>

Ora, em 1828, continuava por publicar essa Lei, a que regularia a ação da autoridade que examinaria os abusos da liberdade de expressão na imprensa periódica. Certo é que defesa de Alexandre Luís da Cunha, mesmo fundada em dois argumentos aparentemente sólidos – no citado texto da Carta Constitucional e no facto de o artigo publicado ter passado pelo escrutínio da Censura sem qualquer anotação –, vem a soçobrar. Efetivamente, o acórdão, datado de 26 de fevereiro de 1828, permite perceber que a maior fragilidade teve que ver com o corrêu do processo. Com efeito, à data, Maurício Augusto Vieira teria apenas 17 ou 18 anos de idade, frequentando as chamadas “primeiras letras”. Ora, o conteúdo do artigo em questão não era compaginável com alguém que possuísse apenas escolarização básica. A inquirição das testemunhas acabou por confirmar essa ideia. Determinante, aliás, foi o testemunho de dois membros da Comissão de Censura, ao afirmarem que Alexandre Luís da Cunha não só era redator do periódico *O Defensor da Liberdade* como todos os manuscritos que enviava aos censores eram por si autografados. Com esse entendimento, a Junta das Justiças absolveu Maurício Augusto Vieira e condenou Alexandre Luís da Cunha a 30 dias de prisão, na cadeia do Funchal.

Até 23 de agosto de 1828 – data em que as forças leais a D. Miguel ocupam o Funchal (note-se que o governador da Madeira, o mencionado coronel José Lúcio Travassos Valdês, proclamara na ilha, em 22 de junho do referido ano, o governo de D. Pedro IV) – a situação política altera-se significativamente, aumentando a repressão sobre os liberais.<sup>52</sup> Os mais comprometidos, entre eles, Alexandre Luís da Cunha, Travassos Valdês e o Padre João Manuel de Freitas Branco, não têm outro caminho que não seja o de rumar ao exílio. O primeiro só regressará a Portugal em 1834, finda a guerra civil.

---

<sup>50</sup> O processo sumário foi publicado nos nos. 92 e 93 de *O Defensor da Liberdade*, respetivamente, de 18 e 19 de abril de 1828, processo que seguimos neste passo da narrativa.

<sup>51</sup> *Carta Constitucional de 29 de abril de 1826*, artigo 145.º, parágrafo 3.º.

<sup>52</sup> Rui Carita, *História da Madeira*, vol. VI.

## O Exílio nos Estados Unidos da América e no Brasil (1828-1834)

Não são abundantes as fontes que permitem fazer luz sobre o período em que Alexandre Luís da Cunha viveu fora da ilha da Madeira, de 1828 a 1834. É verosímil que o seu primeiro destino no exílio tenha sido os Estados Unidos da América. Provavelmente terá chegado a Boston, em 1828. Esta ideia, carecendo de confirmação, tem suporte numa base de dados intitulada “All Massachusetts, U.S., Arriving Passenger and Crew Lists, 1820-1963”, na qual, no dito ano, proveniente do Funchal, consta o passageiro “Alexanderia ?? Cunha”.<sup>53</sup> Certo é que, em 1829, se encontrava em Baltimore. E nos Estados Unidos da América deverá ter permanecido até 1831, a avaliar por uma fonte absolutamente essencial para a compreensão da sua passagem por terras norte-americanas. Referimo-nos à obra, de sua autoria, *Os Estados Unidos da America Septentrional em 1830 e 1831 ou uma Breve Descrição Geografica, Política, Commercial, Etc. dos Mesmos* (Rio de Janeiro: Tipografia de Gueffier & C.<sup>a</sup>, 1832). A data e o local de publicação situam o ano em que Alexandre Luís da Cunha terá chegado ao Brasil. Não deixa de ser curioso que o périplo que realizou pelos Estados Unidos da América tenha, parcialmente, coincido com o período em que o celebrado Alexis de Tocqueville (1805-1859), autor de *A Democracia na América* (publicada em duas partes, em 1835 e 1845), viajou por esse mesmo país.

Na Introdução à mencionada obra, Alexandre Luís da Cunha explicita os seus intentos: “Tendo viajado por mais de dois anos nos Estados Unidos da América, assentei que não podia ocupar melhor o meu tempo, do que estudando o estado atual desta famosa Confederação”.<sup>54</sup> O seu objetivo inicial era o de publicar um estudo em língua inglesa, logo que as circunstâncias assim o permitissem; para a consecução desse fim coligiu “documentos e outros materiais”, asseverando serem “autênticos” e “modernos”.<sup>55</sup> Entretanto, desejoso de apresentar os resultados, opta por publicar uma versão em português, mais reduzida. Uma questão importante, sublinhando o seu comprometimento com a doutrina liberal, radica na ideia de o universo de leitores ser o mais abrangente possível. Com efeito, Alexandre Luís da Cunha refere que trabalhou “por fazer que a matéria ficasse ao alcance de todas as classes da sociedade”.<sup>56</sup> Não deixa, porém, de particularizar a “mocidade”, que terá, assim, a oportunidade de conhecer as instituições dos Estados Unidos, as quais, na sua opinião, “fizeram dos habitantes desta bela parte do continente Americano, um dos povos mais adiantados em civilização”.<sup>57</sup> Considera, ainda, que os “estadistas” e os “homens instruídos” podem colher informações importantes no seu trabalho, dada a classificação e síntese de assuntos nele abordados.<sup>58</sup> Encerra a

<sup>53</sup> Consultar [https://www.ancestry.com/search/collections/8745/?name=Alexandre\\_cunha](https://www.ancestry.com/search/collections/8745/?name=Alexandre_cunha)

<sup>54</sup> Alexandre Luís da Cunha, *Os Estados Unidos da America Septentrional em 1830 e 1831 ou uma Breve Descrição Geografica, Política, Commercial, Etc. dos Mesmos* (Rio de Janeiro: Tipografia de Gueffier & C.<sup>a</sup>, 1832), [4].

<sup>55</sup> *Ibidem*.

<sup>56</sup> *Ibidem*.

<sup>57</sup> *Ibidem*.

<sup>58</sup> *Ibidem*.

Introdução com um agradecimento especial a todos os seus “amigos Americanos, pela franqueza e prontidão com que [lhe] prestaram os auxílios necessários em matérias desta natureza”.<sup>59</sup>

Dada a escassez de fontes, o percurso de vida de Alexandre Luís da Cunha nos Estados Unidos da América pressupõe, necessariamente, a análise do conteúdo da sua obra (que não é uma narrativa de viagem). E não se afigura fácil destrinçar entre aquilo que, de facto, vivenciou e o que escreveu tendo apenas por base documentação coligida. Ao longo de 24 secções e de 99 páginas, aborda temas tão diversos como sejam os seguintes: aspetos geomorfológicos; clima; produções; observações relativas a alguns estados; principais cidades; principais ilhas, cabos, penínsulas, lagos, montanhas, rios, estreitos, portos; vias de comunicação; mineralogia, botânica, zoologia; manufaturas, fábricas; comércio e indústria; bancos e companhias de seguros; Exército e Marinha; leis civis e criminais; armas e bandeira nacionais; principais ofícios públicos e respetivos salários; religião e moral pública; educação; habitantes (linguagem, carácter, usos e costumes); cidadãos mais distintos dos Estados Unidos da América; cronologia (batalhas; início de mandato de presidentes e vice-presidentes; guerra com os ingleses; ações navais...).

Os itinerários que Alexandre Luís da Cunha percorreu em terras norte americanas contemplaram, seguramente, um conjunto de cidades marítimas da Costa Leste. Já nos referimos a Baltimore. De facto, em 1829, a partir dessa cidade, endereça uma carta à BFSS manifestando o desejo de levar para o Brasil o ensino mútuo. A presença em Baltimore poderá estar relacionada com o facto de Joseph Lancaster se ter estabelecido nessa cidade no início da década de 1820, promovendo uma escola pelo referido método. De resto, não é de descartar a possibilidade de Alexandre Luís da Cunha ter lecionado durante os anos de exílio. Na verdade, é inverosímil que se pudesse manter seis anos fora do país de origem sem obter rendimentos de trabalho. O que não levanta qualquer dúvida é ter permanecido em Baltimore durante algum tempo; cidade, aliás, que conhecia razoavelmente bem. Veja-se que a descrição que faz das principais cidades de vários estados é, por vezes, muito sintética, ancorando o seu discurso em fontes estatísticas. Pelo contrário, no caso de Baltimore, a narrativa é assaz impressionista. A este propósito, sublinha que “as suas ruas são belas, espaçosas e muito asseadas” e que “os seus habitantes são muito amáveis e o sexo feminino encantador”.<sup>60</sup> A par da descrição de pontos de interesse “turístico” e de vários monumentos de referência, destaca o facto de a principal rua da cidade, Market Street, ser iluminada por lâmpões a gás. Na mesma linha de pensamento, a de reportar aspetos relativos ao progresso civilizacional, indica que os caminhos de ferro para o Ohio e Pensilvânia se encontram em adiantada fase de desenvolvimento. Outra observação deixa antever o conhecimento, *in loco*, de mais duas cidades, nomeadamente, quando afirma, numa perspetiva comparada, que a “situação [de Baltimore] é belíssima e muito alegre, e por certo preferível à monótona planície de Filadélfia e Nova

---

<sup>59</sup> *Ibidem*.

<sup>60</sup> *Ibidem*, 18-19.

lorque”.<sup>61</sup> Trata-se de uma questão passível de ser escrutinada em outras passagens da obra. Com efeito, quando se refere, longamente, à cidade de Nova Iorque, dá a conhecer, por exemplo, que nela existe um elevado número de barcos a vapor, “com um luxo verdadeiramente asiático” e a preços acessíveis.<sup>62</sup> Adita depois uma nota cujo intuito é o de dar informação às pessoas que pretendam viajar pelos Estados Unidos da América do Norte, nomeadamente, no que respeita às possibilidades de alojamento e de deslocação utilizando, sobretudo, carreiras marítimas. Em relação à primeira situação, menciona que no país é “costume viver-se em casas de pensão, como membro da família”.<sup>63</sup> No caso específico de Nova Iorque aconselha o recurso a casas (também de família), que dão “quarto, cama, mesa e luz, desde 3 pesos espanhóis até 10 por semana”.<sup>64</sup> Por outro lado, mostra-se surpreendido com a facilidade que existe em viajar entre algumas cidades marítimas da Costa Leste. Enfatiza que, dada a qualidade dos transportes, não só dos barcos a vapor, mas também das “famosas estradas, bem construídos coches e fortes cavalos”, é possível ir de Baltimore a Boston em três dias.<sup>65</sup> Numa nota ainda mais pessoal, refere que a distância de Nova Iorque a Albany, 160 milhas, pode ser vencida em nove a dez horas, num barco a vapor, acrescentando: “só para se ver o aparato do barco vale o dinheiro. Não falaremos no tratamento a bordo destes palácios aquáticos, porque só se vendo se pode conhecer”.<sup>66</sup> Conforme antevimos, Alexandre Luís da Cunha também terá visitado Filadélfia. É, pelo menos, o que dá a entender a descrição que faz da cidade:

A perfeita regularidade das suas ruas, a beleza e extremo asseio das mesmas, assim como a elegância dos seus edifícios e casas, podem passar em provérbio; todavia o estrangeiro lhe acha uma certa monotonia, que à primeira vista desagrada.<sup>67</sup>

Por outro lado, não se estranha a seguinte observação, vinda de um liberal e defensor dos valores da *igualdade*: “é nesta cidade que os negros encontram uma perfeita tolerância”.<sup>68</sup>

Em outra secção do texto, mas na mesma linha de pensamento, valoriza a educação elementar pública do país:

Até na mais pequena aldeia se recebe, ao menos, a educação primária. Eis a razão por que todos os viajantes encontram nos americanos um povo quase todo igual em maneiras [...] os professores são bem pagos, e por isso se acham sempre homens capazes que se dediquem com prazer à penosa tarefa do ensino público.<sup>69</sup>

<sup>61</sup> *Ibidem*, 18.

<sup>62</sup> *Ibidem*, 24.

<sup>63</sup> *Ibidem*.

<sup>64</sup> *Ibidem*.

<sup>65</sup> *Ibidem*.

<sup>66</sup> *Ibidem*.

<sup>67</sup> Alexandre Luís da Cunha, *Os Estados Unidos da América Septentrional em 1830 e 1831*, 26.

<sup>68</sup> *Ibidem*.

<sup>69</sup> Alexandre Luís da Cunha, *Os Estados Unidos da América Septentrional em 1830 e 1831*, 73.

O ideário liberal emerge, também, quando se debruça sobre o sistema penitenciário norte americano: “as cadeias e casas de correção devem servir de modelo a todas as nações, e corrigindo o homem, não servem para sepulturas em vida”<sup>70</sup>

Uma palavra final para sublinhar a importância da passagem de Alexandre Luís da Cunha pelos Estados Unidos da América do Norte. Aquilo que pretendeu narrar e difundir através da observação direta de vários aspetos foi um novo modelo de sociedade (democrático e alicerçado na “igualdade de condições”). Uma vez mais, é muito interessante assinalar a seguinte coincidência: a de Alexandre Luís da Cunha ter visitado, sensivelmente no mesmo arco temporal, a maior parte das cidades da Costa Leste percorridas por Alexis de Tocqueville. A partir da primeira metade de Oitocentos, é notória a atração que a jovem democracia norte americana desperta na elite intelectual europeia (em particular, nos ideólogos e ativistas liberais).

Sem confirmação histórica, a chegada ao Rio de Janeiro terá acontecido no ano de 1832. Dois dados dão algum suporte a esta ideia. Em primeiro lugar, o título (e o teor) do livro de Alexandre Luís da Cunha, que se refere a uma descrição dos Estados Unidos da América do Norte nos anos de 1830 e 1831; em segundo lugar, a data de publicação no Rio de Janeiro do mesmo livro (1832). Contrariamente ao sucedido nos Estados Unidos da América do Norte, não conhecemos fontes que permitam fazer luz sobre o período de exílio no Rio de Janeiro. Ainda assim, há alguns tópicos que consideramos interessantes e que podem ser abordadas por via, dir-se-ia, indireta. Pensamos, designadamente, nos seguintes: i) as motivações da viagem; ii) o perfil do emigrante português no Brasil nesse período histórico; iii) a tipografia responsável pela publicação da sua obra.

Em relação ao primeiro tópico, conhecemos apenas uma única razão que terá justificado a viagem de Alexandre Luís da Cunha dos Estados Unidos da América do Norte para o Brasil. Falamos da informação que veiculou na missiva endereçada à BFSS, em 1829, quando se encontrava em Baltimore, nela expressando a vontade de difundir o ensino mútuo em terras de Vera Cruz.<sup>71</sup> E, de facto, terá sido esse o seu propósito maior. Veja-se que, em julho 1834, quando regressa ao Reino (entra pela cidade de Lisboa), requer passaporte para a ilha da Madeira indicando ser professor de ensino mútuo.<sup>72</sup> Trata-se de um elemento significativo. Indicia, de resto, algo que temos vindo a expor. Ou seja, a ideia de que, não obstante ter desempenhado várias atividades profissionais, se considerou, essencialmente, professor.

Por outro lado, é importante referir que Alexandre Luís da Cunha, pelo facto de ser um exilado liberal, não se enquadra no perfil típico do emigrante português no Brasil (da primeira metade do século XIX). É o que se conclui da consulta da base de dados *Movimentação de portugueses no Brasil (1808-1842)*, fundada no sistema de controlo

---

<sup>70</sup> *Ibidem*, 67-68.

<sup>71</sup> *British and Foreign School Society Annual Report*, (1829).

<sup>72</sup> AHU, *Madeira*, Cx. 45, doc. 72, 7 de julho de 1834.

e registo (de entradas de estrangeiros) da Polícia da Corte (Rio de Janeiro).<sup>73</sup> Na verdade, num total de quase 40 000 declarantes, a maioria das procedências é do norte do país, em particular, do Porto (mais de 50%). E há apenas duas entradas de portugueses provenientes dos Estados Unidos da América do Norte. No que respeita à ocupação, as profissões que têm maior expressão são as de caixeiro e de negociante (ambas representam 60% de um universo total de pouco mais de 33 300 declarantes); ocupavam, ainda, lugar de destaque as profissões relacionadas com os ofícios. Por seu turno, no lapso de tempo considerado (quase três décadas e meia), é residual a chegada de professores portugueses ao Rio de Janeiro: em bom rigor, seis dezenas (apenas um indicou motivos políticos para a sua viagem). E não se encontra rasto de Alexandre Luís da Cunha. Mas esse dado não é surpreendente. Efetivamente, na época, não raras vezes os emigrantes não se registavam no momento da sua chegada.<sup>74</sup>

Considere-se, por fim, a tipografia responsável pela publicação da obra de Alexandre Luís da Cunha. Falamos da Tipografia de Gueffier & C.<sup>a</sup>, sediada no Rio de Janeiro. Nessa cronologia, os primórdios da impressão no Brasil, destacam-se as tipografias e os tipógrafos de origem francesa.<sup>75</sup> Desconhecemos as razões que terão levado Alexandre Luís da Cunha a imprimir o seu livro na Tipografia de Gueffier. Podemos, no entanto, avançar o seguinte. Em primeiro lugar, é útil recordar que Alexandre Luís da Cunha foi pioneiro da tipografia na ilha da Madeira. Quer isto dizer que sabia do ofício e pretendia, certamente, um trabalho de qualidade. Por outro lado, importa não esquecer a possibilidade de existir afinidade temática e ideológica com obras que eram impressas na referida tipografia. Por exemplo, Gueffier foi responsável pela impressão de alguns dos primeiros “jornais literários”, na época, importantes divulgadores de cultura científica.<sup>76</sup> Refira-se ainda, por maioria de razão, a impressão do periódico *Aurora Fluminense*, publicado entre o final da década de 1820 e o início da década seguinte, ligado à luta pela afirmação do Liberalismo no Brasil.<sup>77</sup>

No período compreendido entre 1828 e 1834 Alexandre Luís da Cunha viveu, certamente, um tempo profícuo e enriquecedor. Na verdade, à semelhança dos exilados liberais na Europa, experienciou os atrativos civilizacionais que diversas cidades propicia-

<sup>73</sup> Acerca da elaboração desta base de dados, disponível em <http://www.remessas.cepese.pt/remessas/mod/itsdatabase/view.php?n=7&v=8&action=exec>, consultar Ismênia de Lima Martins, “Movimentação de portugueses no Brasil: 1808 a 1842. A Base Lusa do Arquivo Nacional”, em *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*, coord. Fernando Sousa, Ismênia de Lima Martins e Izilda Matos (Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2009), 33-39.

<sup>74</sup> Rosana Barbosa, “Um panorama histórico da imigração portuguesa para o Brasil”, *Arquipélago - História* VII, (2003): 173-196.

<sup>75</sup> Sobre o assunto ver, por exemplo, Paulo Berger, *A tipografia no Rio de Janeiro: impressores bibliográficos (1808-1900)* (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Companhia Industrial de Papel Pirahy, 1984) e Odair Dutra Santana Júnior, “Jornais em língua francesa pela tipografia de Pierre Plancher (Rio de Janeiro, 1827)”, *Non Plus* 15, (2019): 50-67.

<sup>76</sup> Maria Helena Freitas, “Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros”, *Ciência da Informação* 35, no. 3 (2006): 54-66.

<sup>77</sup> Janaína de Carvalho Silva, “A Aurora Fluminense e o combate ao despotismo (1827-1831)”, *Dia-Logos* 6, (2012): 35-46.

vam.<sup>78</sup> Regressará à situação de exilado, mas já no final da sua vida e em consequência do episódio da Patuleia (o pronunciamento da Madeira ocorre em abril de 1847).

### **Os anos de estabilidade: a participação na Junta Geral do Distrito do Funchal e a docência no Liceu Nacional do Funchal**

Em 1834, finda a guerra civil, Alexandre Luís da Cunha regressa a Portugal, mais precisamente à capital do reino. Lembre-se que requereu passaporte gratuito (também para Carlota Isabel da Cunha, sua mulher) para a ilha da Madeira; menciona então, estávamos em sete de julho do citado ano, ser professor de ensino mútuo. Note-se que a gratuidade do passaporte se ficou a dever ao facto de Alexandre Luís da Cunha ter alegado “falta de meios” e de a sua mulher se encontrar muito doente.<sup>79</sup> O processo documental é instruído com uma declaração da Intendência-Geral da Polícia, na qual se descrevem os dados pessoais e as características físicas do requerente e se afirma não haver qualquer inconveniente na emissão do passaporte. Foi, ainda, necessário atestar o passado político de Alexandre Luís da Cunha, sendo garantido, em abaixo-assinado subscrito por sete conterrâneos (todos exilados políticos, ao que julgamos saber), que “teve de refugiar-se na cidade de Lisboa devido às perseguições à liberdade individual feitas pelos seguidores de D. Miguel”.<sup>80</sup>

Na Madeira, ainda na década de 1830, terá oportunidade de abraçar a carreira docente no Liceu Nacional do Funchal. Mas, antes de abordarmos esse tópico, afigura-se importante mencionar alguns aspetos que elucidam a forma como, durante a segunda metade da referida década, período histórico de grande dinamismo em que regressam à ilha personalidades afastadas durante o absolutismo e se instala o governo liberal na Madeira, Alexandre Luís da Cunha granjeou reconhecimento social.

Começemos, então, por dizer que, em 1836, foi o primeiro secretário da recém-criada Associação dos Comerciantes do Funchal.<sup>81</sup> Dois anos mais tarde, na qualidade de membro (procurador) da Junta Geral do Distrito do Funchal, importante órgão da administração pública, lança um conjunto de propostas. Disso mesmo dão conta as atas dessa entidade. Aliás, a consulta desses documentos permite extrair outro tipo de informação. Elucidando: ficamos a saber que, em dezembro do último ano referido, Alexandre Luís da Cunha era também diretor da Imprensa Nacional.<sup>82</sup> Mas é, sobretudo, em 1839 que a sua atividade no seio da Junta Geral se evidencia. Com efeito, em julho desse ano, propõe que seja posta à disposição do administrador-geral uma verba destinada a adquirir

---

<sup>78</sup> Sobre esta questão ver Fábio Alexandre Faria, “O exílio liberal português de 1828-1832, um fenómeno multidimensional: práticas sociais e culturais”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 16, (2016): 271-292.

<sup>79</sup> AHU, *Madeira*, Cx. 45, doc. 72, 7 de julho de 1834.

<sup>80</sup> *Ibidem*.

<sup>81</sup> Rui Carita, *História da Madeira* (Funchal: Secretaria Regional de Educação e Cultura, 2008), vol. VII.

<sup>82</sup> Alberto Vieira (coord.), *A Junta Geral do Distrito do Funchal (1835-1892) e (1901-1976). Anexo Documental. Actas* (Funchal: Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes/ Centro de Estudos de História do Atlântico, 2014).

nos Estados Unidos da América “a quantidade possível de árvores de açúcar”, as quais seriam “distribuídas por pessoas inteligentes”, no sentido de cuidarem “ativamente na sua propagação e fabrico do açúcar que delas se extrai”.<sup>83</sup> Por outro lado, no mês seguinte, vê ser aprovado o “projeto de representação sobre o rapé”, do qual havia sido incumbido.<sup>84</sup> Também em agosto, em consonância com o que se achava estabelecido no Alvará de 9 de junho de 1801, fez parte de uma comissão emanada da Junta Geral para dar parecer sobre a proposta de estabelecer na cabeça de cada comarca um cosmógrafo encarregado da sua descrição topográfica.<sup>85</sup> Ainda nesse mesmo mês integra uma nova comissão cujo objetivo era o de dar parecer sobre uma proposta de divisão do distrito administrativo em círculos de instrução primária.<sup>86</sup> A este respeito é interessante analisar os artigos aprovados em sede de reunião da Junta Geral. Percebe-se, por exemplo, que nesse período histórico o ensino mútuo continua a ter expressão (foi “oficializado”, de resto, entre 1835 e 1844). De facto, segundo a proposta aprovada pela Junta Geral, na sede do concelho do Funchal existiria uma escola central de instrução primária, que seria, também, “a normal de ensino mútuo”.<sup>87</sup>

Regressemos ao ano de 1834, para começar a abordar a ligação de Alexandre Luís da Cunha ao Liceu Nacional do Funchal. No ano em que terminou a guerra civil, a Madeira contava com as aulas régias do chamado “Pátio dos Estudantes”, instituídas pelo Marquês de Pombal, com a já mencionada aula de inglês e francês criada pelo governador D. Manuel de Portugal e Castro em meados da década de 1820, com o Seminário Eclesiástico, bem ainda com a Escola de Ensino Mútuo e com várias escolas de primeiras letras a expensas do Estado e dos municípios.<sup>88</sup>

Do ponto de vista organizativo, a criação dos liceus, em 17 de novembro de 1836 (diploma de Passos Manuel), não altera o quadro existente desde a reforma pombalina. Com efeito, e embora de forma progressiva se substituam as aulas secundárias dispersas por um sistema de liceus nacionais em todas as capitais de distrito, que é uma intenção do governo saído da Revolução de Setembro de 1836, na prática manter-se-á “um regime de estudos centrado nas disciplinas, sem um plano que as articule e que ordene a progressão dos alunos ao longo do curso”.<sup>89</sup>

À semelhança dos seus congéneres, O Liceu Nacional do Funchal não abriu portas de imediato. De facto, a partir de 1837, instalou-se no já mencionado “Pátio dos Estudantes”, com a primeira sessão do conselho de docentes a ter lugar no dia 12 de setembro

<sup>83</sup> *Ibidem*, 144-145.

<sup>84</sup> *Ibidem*, 151.

<sup>85</sup> Alberto Vieira (coord.), *A Junta Geral do Distrito do Funchal (1835-1892) e (1901-1976)*.

<sup>86</sup> *Ibidem*.

<sup>87</sup> *Ibidem*, 154.

<sup>88</sup> Hélder Spínola, *O Liceu Nacional do Funchal (1837-1900)*.

<sup>89</sup> António Nóvoa, *Evidentemente. Histórias da Educação* (Porto: Edições ASA, 2005), 29.

desse ano.<sup>90</sup> Cinco dias mais tarde era publicado no periódico *A Flor do Oceano* um edital que definia as condições de ingresso no liceu.<sup>91</sup>

A inexistência de professores habilitados constituiu um sério problema. Em consequência, inicialmente o Liceu Nacional do Funchal facultou apenas cinco cadeiras, a saber: i) Aritmética, álgebra, geometria, trigonometria e desenho; ii) Ideologia, gramática geral e lógica; iii) Princípios de economia política, de administração pública e de comércio; iv) Oratória, poética e literatura clássica, especialmente a portuguesa; v) Línguas francesa e inglesa.<sup>92</sup>

A cadeira de Línguas francesa e inglesa ficou a cargo de Alexandre Luís da Cunha, fundador do Liceu Nacional do Funchal e nomeado professor proprietário por Carta de D. Maria II (17 de setembro de 1838).<sup>93</sup> Até 1847 lecionou nesse estabelecimento de ensino secundário, período em que começou a dar sintomas da doença que viria a atormentá-lo nos últimos anos de vida – epilepsia, segundo as fontes.<sup>94</sup> A essa circunstância juntaram-se os acontecimentos políticos então vividos – referimo-nos ao pronunciamento da Madeira (abril de 1847) contra a autoridade da Rainha, na sequência do clima de instabilidade política observado no continente desde a primavera do ano anterior (Revolta da Maria da Fonte, que viria a ser objeto de enquadramento político, assim como a Patuleia) –, bem como à associação do nome de Alexandre Luís da Cunha ao pastor protestante Robert Reid Kalley (Funchal, 1838 a 1846).<sup>95</sup> Note-se que Robert Kalley, em 1843, já com historial de trabalho evangelizador na ilha, recorrendo, para o efeito, a diversas estratégias proselitistas, fora processado pelas autoridades religiosas pelo facto de explicar a Bíblia em português, mas segundo a doutrina presbiteriana.<sup>96</sup>

O facto de Alexandre Luís da Cunha ter assumido a defesa do referido pastor, acabou por o conotar com as suas ideias – algo que, conforme defende Rui Carita, não corresponde à verdade.<sup>97</sup> Mais alto teorão, certamente, falado as convicções liberais e os valores em que acreditava. Em 1845, no quadro da discórdia religiosa que se instalou, com reflexos na imprensa, Alexandre Luís da Cunha terá apelado, no periódico local *O Defensor* (1840-1847), que também dirigiu, à conciliação e à tolerância.<sup>98</sup> A perseguição religiosa, no entanto, agudizar-se-á a partir de meados do ano de 1846, obrigando muitos seguidores da religião protestante a abandonar a ilha.

Reforçando a nossa ideia, esse acontecimento e razões de ordem política terão levado ao saneamento de Alexandre Luís da Cunha. Com efeito, em 1847, conforme refere

<sup>90</sup> Hélder Spínola, *O Liceu Nacional do Funchal (1837-1900)*.

<sup>91</sup> *Ibidem*.

<sup>92</sup> *Ibidem*.

<sup>93</sup> Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, *Registo Geral de Mercês, D. Maria II*, liv.10, fls.76-77.

<sup>94</sup> Cf. *A Ordem*, no. 42, 16 de outubro de 1852.

<sup>95</sup> Rui Carita, *História da Madeira*, vol. VII.

<sup>96</sup> *Ibidem* e Lyndon de Araújo Santos, “Um Escocês Protestante no Mundo Luso-Brasileiro: Robert Reid Kalley na Ilha da Madeira e no Rio de Janeiro (1838-1859)”, *Lusitania Sacra* 35, (2017): 55-72.

<sup>97</sup> Rui Carita, *História da Madeira*, vol. VII.

<sup>98</sup> *Ibidem*.

um articulista, foi “desumanamente, e sem nenhuma atenção aos serviços anteriormente prestados, privado da sua cadeira do Liceu”.<sup>99</sup> A história repete-se: novo exílio nos Estados Unidos da América (acompanhado da esposa e dos filhos). Terá, seguramente, ficado com ressentimentos, manifestados no início do ano letivo de 1850-1851, quando, ainda ausente do liceu (desconhecemos se já havia regressado ao Funchal), recusa ser substituído pelo professor José Camilo Delanave.<sup>100</sup>

O estatuto cívico e profissional dos professores do ensino secundário merece, aliás, especial atenção dos governantes. Convém não esquecer que o professor do ensino secundário tinha a tarefa de ensinar, sobretudo, os filhos da burguesia. E, de facto, ao longo da sua história, os liceus terão um papel decisivo na formação das classes médias.

Conforme nos elucida Hélder Spínola, o Liceu Nacional da Madeira, não obstante ter sido uma instituição de ensino relativamente pequena, em particular no século XIX, teve relevante intervenção no espaço local e regional, sendo os alunos recrutados, na sua maioria, nas camadas da burguesia – destinados, de resto, a ter sucesso escolar e profissional.<sup>101</sup> Para essa ideia concorreu, indiscutivelmente, o prestígio do corpo docente. A esse respeito, Alexandre Luís da Cunha é, sem dúvida, um excelente exemplo. Ilustra, aliás, nesse momento histórico, um determinado perfil de professor do ensino secundário. Em primeiro lugar, por ser, localmente, uma figura pública com créditos firmados; em segundo lugar, por não limitar a sua atividade profissional à docência.

A despeito de todas as vicissitudes por que passou, se fosse necessária uma expressão de maior gratidão, na primeira metade da década de 1840 Alexandre Luís da Cunha terá a honra de ser reconhecido pela elite intelectual liberal portuguesa. Uma via que se abre com a ligação à Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. De facto, em 1843-1844, surge como correspondente dessa Sociedade na ilha da Madeira, juntamente com António Pedro de Azevedo<sup>102</sup>; justa homenagem para quem, particularmente através da imprensa periódica local, procurou divulgar a ideologia liberal progressista. Um “hino à liberdade”, certamente, a sua participação n’ *O Panorama*. Na verdade, em concordância com a divisa que escolheu para marcar ideologicamente um dos periódicos que dirigiu (*O Defensor da Liberdade*), “Sem Liberdade deixa o homem de o ser...”

## Epílogo

O obituário de Alexandre Luís da Cunha, publicado no periódico madeirense *A Ordem*, em 16 de outubro de 1852, dois dias após a sua morte, procura fazer um breve balanço de vida do falecido. O articulista enfatiza um percurso de esforço e de fidelidade a certos princípios, nem sempre consensual aos olhos dos seus concidadãos. Pela narrativa

<sup>99</sup> *A Ordem*, no. 42, 16 de outubro de 1852, s.p.

<sup>100</sup> Hélder Spínola, *O Liceu Nacional do Funchal (1837-1900)*.

<sup>101</sup> *Ibidem*.

<sup>102</sup> Cf. *O Panorama. Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1843-1844*, vols. 2.º e 3.º.

percebe-se ainda que Alexandre Luís da Cunha tinha perdido algumas faculdades intelectuais, sofrendo, como se mencionou, de epilepsia. De resto, o ano de 1847, em que se exila pela segunda vez nos Estados Unidos da América em virtude dos acontecimentos políticos de então, e pela “associação” (não confirmada) ao pastor protestante Robert Reid Kalley, marca um retrocesso na sua vida. Efetivamente, segundo a mesma fonte, Alexandre Luís da Cunha não se lembrava de acontecimentos posteriores a essa data. Não surpreende, se pensarmos que, à condição imposta pela doença, se juntou o exílio e, não menos importante, a circunstância de ter sido saneado do Liceu Nacional do Funchal. Até 1847 parece ter vivido um período de estabilidade e de alguma prosperidade económica, fazendo o que mais gostava e sendo reconhecido pela competência no ensino das línguas inglesa e francesa. Dando, justamente, relevo a esse facto, o seu momento fúnebre foi acompanhado pelos professores do Liceu Nacional do Funchal e por número muito significativo de estudantes.<sup>103</sup>

Infelizmente, em consonância com o relatado, os últimos anos de vida de Alexandre Luís da Cunha e de sua família foram pouco afortunados. Com efeito, gravemente doentes, ele e a mulher, acabaram por perder quase todos os bens que possuíam, regressando à ilha da Madeira em precárias condições.

### **Bibliografia**

- Alves, Jorge Fernandes. “De 24 de agosto à Aurora da Liberdade”. *Público* 11075 (20 de agosto de 2020): 38-40.
- Barbosa, Rosana. “Um panorama histórico da imigração portuguesa para o Brasil”. *Arquipélago - História* VII (2003): 173-196.
- Berger, Paulo. *A tipografia no Rio de Janeiro: impressores bibliográficos (1808-1900)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Companhia Industrial de Papel Pirahy, 1984.
- Cádima, Rui. “Imprensa, Poder e Censura. Elementos para a história das práticas censórias em Portugal”. *Revista Media & Jornalismo* 9, n.º 22 (2013): 101-129.
- Carita, Rui. *História da Madeira*. Funchal: Secretaria Regional de Educação, 2003, vol. VI.
- Carita, Rui. *História da Madeira*. Funchal: Secretaria Regional de Educação e Cultura, 2008, vol. VII.
- Faria, Fábio Alexandre. “O exílio liberal português de 1828-1832, um fenómeno multidimensional: práticas sociais e culturais”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 16, (2016): 271-292.

---

<sup>103</sup> *A Ordem*, no. 42, 16 de outubro de 1852.

- Fernandes, Rogério. “Educação e ensino popular na Madeira (séc. XVIII-1840)”. *Revista da Universidade de Coimbra* 37 (1992): 1-69.
- Freitas, Maria Helena Freitas. “Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros”. *Ciência da Informação* 35, no. 3 (2006): 54-66.
- Gouveia, Cláudia. *Phelps. Percursos de uma Família Britânica na Madeira de Oitocentos*. Funchal: Empresa Municipal “Funchal 500 Anos”, 2008.
- Júnior, Odair Dutra Santana. “Jornais em língua francesa pela tipografia de Pierre Plancher (Rio de Janeiro, 1827)”. *Non Plus* 15, (2019): 50-67.
- LaCapra, Dominick. *History and Criticism*. London e Ithaca: Cornell University Press, 1996.
- Martins, Ismênia de Lima. “Movimentação de portugueses no Brasil: 1808 a 1842. A Base Lusa do Arquivo Nacional”. Em *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*, coordenado por Fernando Sousa, Ismênia de Lima Martins e Izilda Matos. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2009, 33-39.
- Nóvoa, António. *Evidentemente. Histórias da Educação*. Porto: Edições ASA, 2005.
- Pereira, António da Silva. “O Pacto Político como Fundador do Poder”. *Revista Portuguesa de História* XXXVI, vol. 2 (2002-2003): 85-92.
- Santos, Lyndon de Araújo, “Um Escocês Protestante no Mundo Luso-Brasileiro: Robert Reid Kalley na Ilha da Madeira e no Rio de Janeiro (1838-1859)”. *Lusitania Sacra* 35 (2017): 55-72.
- Silva, Carlos Manique da. “Lutando por uma ideia: o papel de Alexandre Luís da Cunha na difusão do ensino mútuo”. *Revista Profissão Docente* 13, no. 28 (2013): 42-54.
- Silva, Carlos Manique da. “O papel dos materiais impressos na internacionalização do ensino mútuo: duas traduções portuguesas da obra ‘Sistema Britânico de Educação’, de Joseph Lancaster”. Em *Influencias inglesas en la educación española e ibero-americana (1810-2010)*, coordenado por José María Hernández Díaz. Salamanca: Universidade de Salamanca, 2011, 629-639.
- Silva, Janaína de Carvalho. “A Aurora Fluminense e o combate ao despotismo (1827-1831)”. *Dia-Logos* 6, (2012): 35-46.
- Spínola, Hélder. *O Liceu Nacional do Funchal (1837-1900): subsídios para sua história*. Funchal: Direção Regional da Cultura, 2017.
- Ventura, António. *As Guerras Liberais. 1820-1834*. Lisboa: QuidNovi, 2008.

Vieira, Alberto (coord.). *A Junta Geral do Distrito do Funchal (1835-1892) e (1901-1976). Anexo Documental. Actas*. Funchal: Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes/ Centro de Estudos de História do Atlântico, 2014.